

“Crianças são sujeitos ativos, que constroem seus saberes interagindo com as pessoas e culturas do seu tempo histórico. Nessas relações, elas exercem seu protagonismo e, assim, desenvolvem sua autonomia - fundamentos importantes para um trabalho pedagógico que respeita suas potências e singularidades. Nas interações com culturas e saberes, elas constroem suas identidades suas preferências e seus modos de ver o mundo”.

Essa é a concepção da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que reafirma a concepção trazida pelas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Segundo o documento, a criança tem direito a brincar, explorar, conhecer-se, expressar, conviver com outras crianças e participar de atividades. Mas nem sempre foi assim.

A forma como a educação infantil é pensada e estruturada é recente. Em seus primórdios, ela era mais atrelada a cuidados (creches) do que tratada como uma etapa educativa. A ideia era de que as mães tivessem tempo para trabalhar enquanto alguém - a babá - pudesse ficar com a criança, limpá-la e alimentá-la.

Foi apenas no final do século 19 que a chamada primeira infância passou a ser percebida e debatida e a criança vista como alguém ainda não preparado para o mundo. E, até a década de 1980, esta etapa recebia o nome de pré-escola, ou seja, preparatória para a escolarização, fora da educação formal. Foi a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em 1996, que a Educação Infantil passou a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar dos ensinos Fundamental e Médio.

A LDB de 2006, aliás, antecipou o acesso da criança com 6 anos de idade ao Ensino Fundamental. Em 2013, a presença de crianças de 4 e 5 anos na escola tornou-se obrigatória.

“Não há como falar de direitos sem incluir uma educação de qualidade desde o nascimento”, cravou Maria Terezinha Ribeiro de Barros Leite, diretora da Escola Walter Fortunato, de São José dos Campos. “Não há dúvidas quanto aos avanços alcançados desde a visão assistencialista que se tinha da



educação, depois passando pela fase da custódia, até surgir a preocupação com a função educacional”, continuou.

Mas, afinal, a educação infantil é reflexo de uma demanda social ou da profissionalização daqueles que já cuidavam de crianças? Para Maria Aparecida Lucas de Oliveira, diretora administrativa e proprietária do CEC e Gláucia Roxo Ribeiro, diretora pedagógica da escola, este é um reflexo de uma demanda da evolução da sociedade, dos conhecimentos da medicina, sociologia, pedagogia e, mais, recentemente da neurociência, mostrou todo o potencial de desenvolvimento da criança na primeira infância e sua importância para os anos seguintes.

“Isso exigiu uma profissionalização daqueles que cuidavam dessas crianças que passaram a ter que entender o seu desenvolvimento nas diversas áreas: motora, linguagem, cognitiva, afetivo, social. Hoje com a Nova Base Curricular Comum, o foco passa a ser o desenvolvimento de competências e habilidades, o que exige uma nova maneira de dar aula e consequentemente formação dos profissionais”, afirmam.

#### **EVOLUÇÃO.**

Ainda em fase de evolução - uma vez que tudo é novo quando se trata da educação infantil - são vários os desafios enfrentados por ela. O primeiro deles é

a heterogeneidade das crianças, tanto no aspecto físico, quanto na aquisição da fala e no repertório social e cognitivo. “O professor deve ter um olhar aguçado para proporcionar intervenções para cada aluno, para que todos, de acordo com suas características individuais se desenvolvam”, disse Maria Aparecida.

Outro desafio é lidar com “conflitos” comuns da primeira infância. “A criança vê o mundo de acordo com a sua perspectiva. Colocar-se no lugar do outro (empatia) é um aprendizado. Por isso que temos ocorrências de mordi-



Fotos: Divulgação